

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. DE 2008**  
**(Da Senhora Rebecca Garcia)**

**Solicita ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, informações referentes ao desmatamento na Amazônia.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. que seja encaminhada ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, solicitação de informações referentes ao desmatamento na Amazônia.

**JUSTIFICATIVA**

Autor da lista que apontou os cem maiores desmatadores do país, o Ibama avalizou a presença de uma madeireira dentro do assentamento do Incra que lidera o polêmico ranking. Segundo reportagens publicadas recentemente, o instituto emitiu o certificado de regularidade à madeireira Mascarello, com sede na agrovila do assentamento Nova Fronteira, em Tabaporã (MT). Esse documento é um dos papéis obrigatórios usados na busca de licenças no órgão ambiental do Estado - a Secretaria do Meio Ambiente. O documento do Ibama identifica a madeireira no endereço do assentamento Nova Fronteira, no norte do Estado, e trata como ativa a sua situação cadastral no órgão federal.

Com esse aval do Ibama, a madeireira obteve três licenças: prévia, de instalação e de operação. Todas emitidas em abril e válidas até o mesmo mês de 2011. Nessas licenças, a atividade principal da madeireira é descrita como "serraria com desdobramento de madeira".

Divulgada no final do mês passado pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), a lista incluiu oito assentamentos do Incra entre os cem principais desmatadores do país, sendo que seis deles, todos de Mato Grosso, lideravam o ranking.

A publicidade da lista causou um mal-estar entre as áreas ambiental e agrária do governo. O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e o presidente do Incra, Rolf Hackbart, foram a público advertir o Ibama sobre a veracidade da metodologia utilizada. O grande questionamento é que não se dividiu o total desmatado na área pelo número de assentados, o que, na prática, empurraria os assentamentos para o fim da relação.

Criado em 1997, o assentamento Nova Fronteira, de 65,3 mil hectares e com 963 famílias, teve 49,6 mil hectares desmatados. Por conta disso, o Ibama aplicou uma multa de R\$ 50 milhões, que será revertida em ações para a recuperação das áreas degradadas.

Questionado sobre como emitir um documento de situação ativa de uma madeireira fixada dentro de um assentamento, o Ibama não se manifestou. Já a

Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso informou que "a madeireira possui essas três licenças por ter cumprido os requisitos para obtê-las".

Diante das informações, solicito ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, as seguintes informações:

- 1) Existe algum setor do Ministério que esteja ligado a essas informações sobre os assentamentos, que possa transmiti-las com clareza e objetividade?
- 2) Qual foi a metodologia utilizada para que o Ministério chegasse aos cem maiores desmatadores? Que providências o Ministério vem tomando depois da divulgação da lista?
- 3) Há alguma maneira de manter os assentamentos do Incra sem provocar o desmatamento? É possível ter um equilíbrio?
- 4) O desconforto gerado dentro do governo por causa da divulgação da lista pode trazer consequências para a luta contra o desmatamento?
- 5) Existe algo que parlamentares podem fazer para contribuir na elaboração de pesquisas como essas ou para ajudar o Ministério nas providências que vêm sendo tomadas para combater o desmatamento?

Sala de Comissões, 21 de Outubro de 2008

**REBECCA GARCIA**

Deputada Federal (PP/AM)